



ACÓRDÃO Nº617/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11595/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Eliane Silva do Nascimento (Ordenador de Despesa), Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Samara Beatriz da Silva Mendonça Alves – OAB/AM 14.076.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 452/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA PLATÃO DE ARAÚJO. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, responsável pelo **Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2018 a 16/07/2018, conforme dispõe o Art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 não sanadas.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas do **Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo** à época dos fatos, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do Art. 308, inciso I, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c Art. 54, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no



ACÓRDÃO Nº617/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Relatório/Voto quanto à permanência da Improriedade 04, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas do **Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo** à época dos fatos, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do Art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c art. 54, VI, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório/Voto quanto à permanência das Improriedades 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09 não sanadas, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Julgar irregular a Prestação de Contas da Sra. **Eliane Silva do Nascimento**, responsável pelo **Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo**, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesas no período de 16/07/2018 a 31/12/2018, conforme dispõe o Art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das improriedades 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 não sanadas.

10.5. Aplicar Multa ao Sr. **Eliane Silva do Nascimento**, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesas do **Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo** à



ACÓRDÃO Nº617/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

época dos fatos, no valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais), em razão de atos praticados com grave infração à norma legal, nos termos do Art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório/Voto quanto à permanência das Impropriedades 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 não sanadas, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Determinar ao Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, que:

- 10.6.1.** Observe com rigor a legislação vigente no que toca à exigência de processo licitatório, nos termos dos artigos 2º, 24, 25 e 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e adote um sistemático planejamento de suas compras, a fim de evitar o fracionamento de despesa, sob pena de multa por reincidência nos termos do Art.308, IV, alínea "b", do RITCE/AM.
- 10.6.2.** Oficie a SEFAZ para que atualize as pendências conciliadoras dentro do exercício em análise, mantendo sua escrituração contábil em dia.
- 10.6.3.** Apresente o Termo de Responsabilidade do gestor em relação aos bens patrimoniais, mais detalhado conforme demonstrado pela DICAD.
- 10.6.4.** Proceda com um novo inventário de bens permanentes, devendo este ser registrado em saldo contábil correspondente, de modo que, o reconhecimento e mensuração de tais ativos sejam atualizados, conforme a nova realidade da ótica contábil quanto à reavaliação e depreciação de bens, conforme Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 5ª Edição.

10.7. Determinar ao SEPLENO remeter à atual Administração do **Serviço de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo - SPA Platão de Araújo**, cópias autênticas do Relatório Conclusivo n.º 134/2019-DICAD/AM (fls. 869/911), visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras.



ACÓRDÃO Nº617/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.8. Notificar os senhores **Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa e Eliane Silva do Nascimento** e patrona, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência do decisório.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral